

- Deops/SP: a repressão institucionalizada

O movimento operário de greves gerais (1917), a fundação do Partido Comunista do Brasil – PCdoB (1922) e as rebeliões tenentistas (1922) foram, nas primeiras décadas do século XX, algumas das movimentações políticas de setores da população em reação ao governo vigente, levando as classes dirigentes a implementar um aparato administrativo-legal de vigilância, controle e repressão dos cidadãos. Nesse contexto, foi criada em diferentes estados uma força policial especializada em crimes políticos: o Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Deops. A Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924, estabeleceu o Deops no estado de São Paulo. A coordenação em nível federal destas polícias políticas cabia ao Departamento de Ordem Política e Social – Dops, sediado no Rio de Janeiro.

Ao longo da existência do Deops/SP (1924-1983), várias leis e decretos alteraram a sua denominação e a sua estrutura, ainda que tenham implementado poucas mudanças significativas em suas atribuições. Dentre as doze mudanças de denominação efetuadas, ocorreram, por exemplo, três no ano de 1930: Delegacia Especializada de Ordem Política e Social; a divisão em Delegacia de Ordem Política e Delegacia de Ordem Social; e Superintendência de Ordem Política e Social. Em relação à estrutura, destacam-se o Decreto nº 11.782, de 30 de dezembro de 1940, que cria o Serviço Secreto e o Decreto nº 6.836, de 30 de setembro de 1975, que transforma o Serviço Secreto em Divisão de Informações.

Os períodos de autoritarismo ditatorial da História do Brasil Republicano – o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985) – proporcionaram os momentos de maior atuação do Deops/SP, embora durante o período democrático de 1945 a 1964 também tenha atuado. Subsidiadas por legislação específica, as ações do Deops/SP “variaram de intensidade, entretanto, dependendo dos tempos que se vivia e a quem se pretendia atingir”ⁱ.

De maneira geral, a imagem negativa de cidadãos considerados subversivos ia sendo construída a partir de um discurso estereotipado e carregado de estigmas, que, legitimado pelos meios de comunicação, espalhava na sociedade a lógica da desconfiança contra esses grupos. Para tanto, o órgão apontava alguns elementos como comprometedores, como por exemplo a orientação ideológico-partidária (comunistas, anarquistas, integralistas, entre outros) e a ocupação profissional (jornalistas, estudantes, livreiros, operários, entre outros). Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os alemães, japoneses e italianos residentes no país passaram

a ser chamados de “súditos do Eixo” e se transformaram num dos principais alvos do período.

Por meio dos documentos produzidos e acumulados pelo Deops/SP, é possível compreender a elaboração do discurso acusatório contra cidadãos considerados subversivos e a comprovação de seus crimes, justificando a repressão. Neste esforço de desmontagem do raciocínio policial, é possível reconhecer que, intrínseco ao discurso da ordem, reiteradamente utilizado pelo aparato repressivo, encontra-se também o discurso da desordem, composto pelo universo das ações de resistência em relação aos regimes autoritários.

No esforço de levantar evidências para a comprovação dos crimes, o Deops/SP promoveu a vigilância de atividades cotidianas e profissionais, locais de encontro e a apreensão de livros, panfletos, jornais, correspondências. Na prática de suas funções de controle e repressão, a ação do órgão produziu uma rica composição de documentos administrativos: autos de busca, autos de apreensão, relatórios de investigação, fichas de qualificação, entre outros. Todo o processo é registrado por meio de flagrantes fotográficos (responsabilidade do Laboratório Técnico do Departamento de Ordem Política e Social) e divulgado por meio da imprensa (trechos de jornais eram recortados pelos policiais e anexados como documentos aos prontuários e dossiês). Durante o período do regime militar, o Deops/SP incorporou a logística e as estratégias militares, devido ao enfrentamento realizado contra grupos revolucionários de ação armada. Com isto, o órgão intensificou as atividades de repressão, tais como prisões ilegais, invasão de domicílio, censura postal, torturas e mortes. As informações acusatórias sobre os “subversivos” eram obtidas por meio de informantes e da colaboração de associações identificadas com as ideologias conservadoras (Comando de Caça aos Comunistas – CCC, Tradição, Família e Propriedade – TFP, etc.).

A documentação produzida e acumulada pelo Deops/SP está organizada, de maneira geral, em prontuários e dossiês. Criados na origem do órgão, os prontuários são nominais e referem-se fundamentalmente a pessoas físicas, embora uma pequena parcela se refira a partidos, entidades e temas. A partir da segunda metade da década de 1930, surgem os dossiês, que apresentam o caráter temático. O acesso à documentação é possível por meio de fichas que remetem à localização dos prontuários e, no caso dos dossiês, das pastas. Os dossiês são formados por pastas, cada uma tratando de assuntos específicos, expressos por código alfa-numérico (número-letra-número), por exemplo 10-D-5 (23). Peguemos esse exemplo para

entender a decifração dos códigos. O primeiro elemento, numérico, divide-se e subdivide-se a partir de dezenas (de 10 a 50) em *famílias* e *subfamílias* que representam temas amplos: 10 significa o tema “sabotagem realizada por estrangeiros”. As letras (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, Z) representam qual o *setor da sociedade* abordado pela pasta, sendo D relacionada aos “militares”. O terceiro elemento, numérico, representa a *ordem cronológica de abertura das pastas*: 5 representa a quinta pasta aberta sobre o tema. Ainda existe um quarto elemento, novamente numérico e relacionado ao *número do documento*, assim 23 refere-se ao documento número 23 da quinta pasta sobre o tema “sabotagem de estrangeiros”, envolvendo o setor social “militares”. Vale registrar que os códigos dos dossiês receberam alterações e adaptações ao longo de seu funcionamento, e que seu estudo e decifração permanecem em desenvolvimento.

Em 1983, o então governador de São Paulo, José Maria Marin, promoveu o encerramento das atividades do Deops/SP por meio do Decreto nº 20.728, de 4 de março. Com a extinção do Deops/SP, a sua documentação permaneceu sob a custódia da agência paulista da Polícia Federal até 1991, quando foi transferida para a Secretaria de Estado da Cultura, que a colocou sob a tutela do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Esta ação é resultado do direito ao *habeas data* que, garantido pela Constituição brasileira de 1988, levou a administração pública a transferir os acervos das polícias políticas para as instituições arquivísticas públicas.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos, garante o direito de acesso pleno aos documentos públicos. Ao mesmo tempo, porém, fixa categorias de sigilo e prazos de restrição para o acesso aos documentos. Em 1994, uma comissão formada por representantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, de demais entidades de defesa dos direitos humanos, além de historiadores, arquivistas, juristas e outros segmentos da sociedade pressionou o governo do Estado de São Paulo pela abertura dos arquivos do Deops/SP. Por meio da Resolução nº 38, de 27 de dezembro de 1994, a Secretaria de Estado da Cultura permitiu o livre acesso à documentação mediante a assinatura de um termo de responsabilidade, segundo o qual os consulentes se comprometem pelo uso e difusão das informações contidas nos documentos.

Com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e em convênio com o Arquivo Público do Estado de São Paulo, a documentação dos arquivos Deops/SP tem sido inventariada através de projetos. Sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino (Faculdade de Filosofia,

Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo), o projeto “Mapeamento e Sistematização do Acervo Deops/SP: Série Dossiês (1940-1983)” foi estruturado para abarcar toda a documentação da série dossiês (cerca de 1.100.000 fichas, 2.000.000 documentos e 9.626 pastas) e teve a duração de 1998 a 2002. Os resultados do projeto foram publicados na série de cinco volumes “Dossiês Deops/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro”.

Por sua vez, o Projeto Integrado Arquivo Público do Estado/Universidade de São Paulo – PROIN realiza desde 1995 diferentes atividades sistemáticas. Entre os anos de 1999 a 2004, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo), do Prof. Dr. Boris Kossoy (Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo) e do Dr. Fausto Couto Sobrinho (Arquivo Público do Estado de São Paulo), o PROIN desenvolveu o Projeto FAPESP denominado “Inventário Deops (1924-1983)”. Os resultados dos trabalhos envolvem cerca de 183 mil fichas policiais digitadas conforme a documentação original e cerca de 20 mil prontuários nominais e institucionais disponibilizados em banco de dados. Além da publicação de 26 livros e da produção de 6 exposições, entre outras realizações. Atualmente, encontra-se em desenvolvimento o Projeto FAPESP “Arquivos da Repressão e da Resistência” (2007-2011), direcionado aos dossiês e prontuários do Fundo Deops e do Fundo Deip – Departamento de Imprensa e Propaganda, sob a coordenação da Profa. Tucci Carneiro, do Prof. Kossoy e do Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Grupos escolares e demais interessados têm a possibilidade do contato com os documentos pertencentes ao Deops/SP, disponíveis para a consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo e para a pesquisa eletrônica no Centro de Referência do Memorial da Resistência de São Paulo.

A Era Vargas (1930-1945): panorama histórico

A Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder, foi o resultado de fatores políticos e econômicos que geraram um contexto de crise no Brasil. Referimo-nos à disputa das elites dominantes pela sucessão da presidência da República e à quebra da Bolsa de Nova York em 1929. Contrariando o acordo da “política do café com leite”, segundo a qual São Paulo e Minas Gerais se revezavam no governo federal, o presidente Washington Luís encaminhou a sucessão de seu cargo para o também

paulista Júlio Prestes. Com esta decisão, setores das classes dominantes de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Nordeste organizaram a oposição representada pela Aliança Liberal – AL. O partido lançou, então, as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa para os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. A Aliança Liberal tornou-se “símbolo de renovação”, pois a campanha de Getúlio Vargas apresentava a proposta de reformas eleitorais (voto secreto, combate às fraudes nas eleições, etc.) e de reformas trabalhistas (férias, jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, etc.). Já no plano econômico, a crise econômica mundial causou a diminuição do consumo e a queda dos preços do café, levando os cafeicultores brasileiros ao prejuízo e colaborando para o clima de instabilidade geral.

Em 1930, com o descontentamento gerado pela vitória eleitoral de Júlio Prestes e da repercussão política acerca do assassinato de João Pessoaⁱⁱ, a Aliança Liberal se articulou com o movimento tenentista, promovendo a revolução civil e militar conhecida por Revolução de 1930. Empossado no dia 3 de novembro, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório revolucionário, pondo fim à Primeira República. Com o apoio da Igreja Católica, o governo provisório implementou medidas centralizadoras desde cedo: dissolução do Congresso Nacional, com Vargas assumindo os poderes executivo e legislativo; demissão dos governadores estaduais e substituição por interventores federais; criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1933), centralizando a política trabalhista a partir das ações do governo; etc.

Neste contexto, os paulistas desencadearam, em 1932, a Revolução Constitucionalista: uma luta contra o governo federal, pelo fim da intervenção nos estados e pelas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que deveria produzir uma nova Constituição e eleger um novo presidente da República. Mesmo derrotado cerca de três meses depois, o movimento revolucionário paulista influenciou o Governo Provisório a realizar eleições para a Assembleia Constituinte, decisão tomada em maio de 1933. Este processo contou com o novo Código Eleitoral que, em relação à Primeira República, trouxe avanços no que diz respeito aos direitos políticos, introduzindo o voto secreto, a representação classista (delegados representantes dos sindicatos de profissionais) e o voto feminino.

Assim organizada, a Assembleia promulgou, em julho de 1934, a nova Constituição, e elegeu Getúlio Vargas para presidente até 3 de maio de 1938 – quando haveria eleições diretas para a ocupação do cargo. Inspirada no modelo da Constituição alemã de Weimar, a Constituição brasileira de 1934 apresentou, principalmente, a

preocupação com os temas “ordem econômica e social”, “família, educação e cultura” e “segurança nacional”.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise mundial desencadeada pela queda da Bolsa de Nova York (1929), o modelo da democracia liberal ficou desacreditado, principalmente no que diz respeito à liberdade econômica e à igualdade de oportunidades. Os governos democráticos não conseguiam fornecer soluções para equacionar os problemas de desemprego e empobrecimento. Neste contexto, movimentos totalitários e autoritários passaram a ganhar força e adeptos, pois traziam novas propostas para a situação crítica da época. Na Europa, se levantaram Benito Mussolini (na Itália), Josef Stalin (na União Soviética) e Adolf Hitler (na Alemanha). No Brasil, surgiram dois partidos: a Aliança Nacional Libertadora – ANL (liderada por Luís Carlos Prestes e sob orientação do comunismo soviético) e a Ação Integralista Brasileira – AIB (liderada por Plínio Salgado e sob orientação fascista). Apesar das diferenças ideológicas e práticas, esses partidos tinham em comum o caráter nacionalista, a proposição de reformas econômicas e sociais, e a defesa do fortalecimento de um governo central e da intervenção do Estado na economia.

A resposta do governo Vargas seguiu uma linha autoritária mais próxima à do fascismo integralista. O Estado brasileiro assumiu para si a responsabilidade de promover a estabilidade política, o desenvolvimento econômico e o bem-estar social no país – foi a chamada “modernização conservadora”. Neste contexto, foi aprovada a Lei de Segurança Nacional em 1935, segundo a qual se suspendia o direito ao *habeas corpus* e se determinavam os crimes contra a ordem política e social: greves, propagandas consideradas subversivas, partidos ou associações que propusessem uma nova ordem, etc., ampliando as medidas repressivas.

Com a ANL fechada por um decreto de julho de 1935, o Partido Comunista Brasileiro – PCB organizou uma insurreição para a tomada do poder e a instalação do governo revolucionário. Em novembro, o movimento de caráter militar estourou no Rio Grande do Norte, Recife e Rio de Janeiro. Rapidamente derrotado, foi utilizado pelo governo federal para espalhar o perigo da chamada “ameaça comunista”. No sentido de reprimir comunistas e tenentes, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional (tribunal de exceção para julgar crimes políticos) e foram expulsos e substituídos por aliados de Vargas os membros radicais do Exército que haviam participado do levante.

A partir de 1936, tiveram início as movimentações para a realização das eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938: os partidos políticos determinaram seus

candidatos, o governo tomou medidas para abrandar a repressão, etc. Neste contexto, foi concedida anistia a trezentos presos em 1937, entre eles Carlos Marighella. Em setembro de 1937, porém, o capitão integralista Olímpio Mourão Filho escreveu o fictício “Plano Cohen”, que seria um plano de insurreição comunista assinado por um certo Cohen (referência aos judeus), cuja execução previa saques, incêndios de igrejas, invasão de lares, etc. Divulgado pelo Exército em rede nacional de rádio, sua “descoberta” levou o Congresso Nacional a declarar estado de guerra e a suspender as garantias constitucionais. Com isso, Getúlio Vargas e os militares aplicaram o golpe político que, em 10 de novembro de 1937, deu início à ditadura conhecida por Estado Novo.

“O Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime”ⁱⁱⁱ. Dissolvido o Congresso, Vargas promulgou nova Constituição brasileira e centralizou em sua figura pessoal o comando do país.

No plano econômico, houve a promoção da industrialização, especificamente a substituição de importações pela produção interna e o estabelecimento de indústrias de base – política que se intensificou após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em 1942. É importante destacar a constituição da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1941) e o início da implantação da Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, que foram responsáveis pela ampliação da produção de aço, dando início à grande indústria siderúrgica no país. Também neste contexto, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo – CNP em 1938. Com base numa política nacionalista, o CNP garantiu que a refinação de petróleo importado e a produção de petróleo nacional ficassem sob o controle do Estado. É neste cenário que o posicionamento do escritor Monteiro Lobato contra a política estatal para o petróleo levou-o a ser preso pelo DEOPS/SP em 1941. A criação da Petrobrás em 1953, empresa petrolífera estatal, deu-se apenas durante o segundo governo Vargas de 1951 a 1954.

A política trabalhista implementada por Getúlio Vargas foi um elemento fundamental na construção do culto à sua figura. Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, ligado diretamente à presidência. Com a função de controlar os meios de comunicação existentes na época – rádio, cinema, teatro, imprensa, etc. –, o órgão censurava as críticas e as informações consideradas nocivas, difundindo a versão oficial sobre os acontecimentos do país e enaltecendo a imagem de Vargas. Importante instrumento utilizado pelo DIP foi o programa de rádio “Hora do Brasil”, por

meio do qual Getúlio falava diariamente com os ouvintes, estabelecendo ligação direta com a população e fazendo propaganda sobre o governo federal. Assim, a legalização de medidas em favor dos trabalhadores, tais como a fixação do salário mínimo (1940) e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943), eram amplamente divulgadas. A política populista criou direitos trabalhistas que apareciam como favores do Estado, por sua vez representado por Getúlio Vargas.

Enquanto a figura paternal de Vargas se afirmava em meio à população em geral, o autoritarismo do regime realizava a repressão sobre os setores da sociedade que defendiam posições contrárias e críticas. “O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais”^{iv}.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1942) foi um fator decisivo para o enfraquecimento do Estado Novo, devido, principalmente, ao alinhamento do país junto aos Aliados. Em 1944, ao enviar mais de vinte mil homens por meio da Força Expedicionária Brasileira – FEB para lutar na Europa contra o fascismo, a ditadura Vargas se contradizia apoiando os países democráticos. Pressionado por manifestações de estudantes, mulheres, trabalhadores e profissionais liberais pela redemocratização do país, Getúlio começou a promover medidas de abertura política. Neste contexto, em 1945, o presidente aprovou a Lei da Anistia, em favor dos presos e exilados políticos: Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella foram alguns dos líderes da oposição libertados.

Além disso, foram marcadas as novas eleições para a presidência da República e a Assembleia Constituinte, a serem realizadas em 2 de dezembro de 1945. O novo Código Eleitoral possibilitou que os partidos se organizassem e lançassem candidatos para as eleições. Surgiram, principalmente, a União Democrática Nacional – UDN (formada pela oposição liberal de banqueiros e representantes do setor privado), o Partido Social Democrático – PSD (partido do governo) e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB (orientado sob o populismo de Getúlio e que congregava os trabalhadores em geral). De volta à legalidade, o Partido Comunista Brasileiro – PCB também concorreu nessas eleições, mesmo com o apoio declarado por Prestes ao governo Vargas.

Com o slogan “Queremos Getúlio”, a campanha “queremista”, organizada pelos núcleos ligados ao presidente, proporcionou momentos de fôlego às intenções de Vargas em permanecer no poder. Mas o caminho rumo à redemocratização não tinha volta e um acontecimento representou a gota d’água para o fim do Estado Novo. Em

25 de outubro de 1945, Vargas destituiu o chefe de polícia do Distrito Federal por ter proibido a realização de um comício queremista. A nomeação de seu irmão, Benjamin Vargas, para substituí-lo causou entre os militares o temor de um novo golpe de Vargas. Com isto, o general Góis Monteiro, do Ministério da Guerra, organizou as tropas e forçou Getúlio a renunciar no dia 29 de outubro. Ele, no entanto, não deixou o cenário político, pois foi eleito senador nas eleições realizadas no final desse ano.

Após quinze anos (1930-1945), os militares que haviam colocado Vargas no poder foram os responsáveis por sua deposição. Assim, a transição para o regime democrático foi desencadeada por forças que participaram e apoiaram o regime autoritário de Getúlio Vargas.

A ditadura militar (1964-1985): panorama histórico

O historiador José Murilo de Carvalho divide em três fases o período histórico do regime militar (1964-1985)^v. A primeira fase abarca os anos de 1964 a 1968 e, sob o domínio dos setores liberais das Forças Armadas, foi marcada inicialmente por intensa atividade repressiva, seguida de sinais de abrandamento. De 1968 a 1974, tem-se a segunda fase com a direção dos militares mais truculentos, segundo a qual o país vivenciou o auge da repressão política, do ponto de vista dos direitos civis. E a terceira fase, que começa em 1974 e termina em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves, caracteriza-se pela liberalização do sistema, em que aos poucos as leis de repressão vão sendo revogadas e a oposição vai conquistando espaço.

O regime militar foi instalado no dia 1 de abril de 1964 com o golpe de Estado que derrubou o presidente constitucionalmente eleito, João Goulart. O propósito era “livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia”^{vi}. No entanto, dispositivos e órgãos legais, tais como os Atos Institucionais – AI e o Serviço Nacional de Informações – SNI (1964), foram criados para concentrar e fortalecer o campo de atuação do Poder Executivo, tendo em vista o controle e a repressão dos cidadãos adversários. Ferir os princípios democráticos à sombra de justificativas legais foi uma das principais características do regime militar.

Desde a sua fundação em 1889, o Estado Republicano brasileiro sempre conviveu com a oposição social organizada, que nunca deixou de resistir ainda que sob os governos autoritários de Getúlio Vargas (1930-1945) e dos militares. Após o impacto inicial da perseguição realizada pelo governo militar em seus primeiros anos, os grupos de oposição passaram a se rearticular frente à nova situação. Em 1968, Carlos

Marighella rompeu com o Partido Comunista Brasileiro – PCB, devido ao posicionamento do partido em se afastar da luta armada, e fundou a Ação Libertadora Nacional – ALN. Inúmeros novos grupos também foram surgindo, inclusive com a presença de militares, como no caso da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, que contou com a liderança do capitão do Exército Carlos Lamarca. A partir de 1968, com a intensificação das ações dos grupos de luta armada no campo e nas cidades (bombas, expropriações, sequestros de embaixadores e cônsules), a Junta Provisória que substituiu o presidente Artur da Costa e Silva criou a nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969), cujas penas variavam desde a reclusão até a pena de morte.

A brutalidade promovida pelo governo Costa e Silva (1967-1969), por meio da atuação da Operação Bandeirante – OBAN e do Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-CODI como principais órgãos responsáveis pelas práticas de tortura, culminou no desaparecimento dos grupos de ação armada durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), marcado pelo extermínio da chamada Guerrilha do Araguaia em 1974.

Durante a primeira metade da década de 1970, surgiram sinais de um amplo desgaste da imagem do regime militar: crise gerada pelo fim do período de crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”; vitória do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido da oposição, nas principais cidades e Estados através das eleições legislativas de 1974; pressão da Igreja Católica contra a manutenção da prática da tortura e o aumento do número dos desaparecidos políticos, pois o governo não mais assumia seus mortos. Neste sentido, o assassinato de Alexandre Vannucchi Leme (estudante universitário de Geologia – USP e membro da Ação Libertadora Nacional – ALN, morto em 1973), de Vladimir Herzog (jornalista e diretor da TV Cultura, morto em 1975) e de Manoel Fiel Filho (operário metalúrgico acusado de receber o jornal “Voz Operária” do Partido Comunista Brasileiro – PCB, morto em 1976) causaram enorme indignação e mobilizaram principalmente setores da classe média, da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e de parlamentares em manifestações de protesto contra as arbitrariedades do regime.

O governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) é associado, então, à chamada abertura política lenta, gradual e segura. “Em meados da década de 1970, a oposição política desencadeou de maneira vigorosa a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Formaram-se entidades como o Movimento Feminino pela Anistia – MFPA, liderado por Therezinha Zerbini, e os Comitês Brasileiros pela Anistia, espalhados por vários

Estados. Esta luta fortaleceu-se em diferentes segmentos da sociedade civil e tomou as ruas, sobretudo em 1978^{vii}. A Lei da Anistia - nº 6.683, de 28 agosto de 1979, no entanto, oficializou a “estranha tese da anistia recíproca, ou seja, anistiavam-se, no mesmo movimento, os revolucionários e suas ações e a tortura e os torturadores”^{viii}.

Ainda nesse contexto, durante o governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), ressurgiu a organização sindical do movimento operário, desencadeada pelos trabalhadores das cidades do ABC paulista. Em 1979, metalúrgicos da cidade de São Bernardo do Campo organizaram mais de 3 milhões de trabalhadores numa sucessão de greves em várias partes do país. As reivindicações voltavam-se para as liberdades democráticas, bem como para as melhorias e as garantias trabalhistas.

Em dezembro de 1979, foi aprovada a lei de organização partidária que extinguiu o bipartidarismo do Movimento Democrático Brasileiro – MDB e da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, permitindo o surgimento de novos partidos políticos. Diferenças de posicionamentos ideológicos levaram ao nascimento do Partido Democrático Social – PDS, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, do Partido Democrático Trabalhista – PDT e do Partido dos Trabalhadores – PT.

Após a eleição de vereadores e governadores por voto direto, ocorrida em novembro de 1982, a população em geral se mobilizou em prol de eleições diretas para a presidência da República. Organizado em 1983, o “Movimento Diretas Já” reuniu milhões de pessoas sob esse objetivo, impulsionadas inclusive pela esperança na resolução de problemas econômicos e sociais, tais como segurança, inflação e melhores salários. No entanto, a emenda constitucional proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira, cuja aprovação possibilitaria a eleição direta, foi derrubada pelo Congresso Nacional e a escolha do novo presidente passou para a responsabilidade do Colégio Eleitoral. Assim, os candidatos da oposição Tancredo Neves e José Sarney foram eleitos para a presidência e a vice-presidência no dia 15 de janeiro de 1985, colocando fim em 21 anos de regime militar.

Segundo Marilena Chauí, um dos caminhos possíveis para a transformação da realidade brasileira numa sociedade efetivamente democrática se encontra na **educação em direitos humanos**, entendida por ela como a formação *da e para* a cidadania. Este processo educativo se baseia na compreensão do que são os direitos dos cidadãos e no incentivo à criação de novos direitos, bem como na luta contra a violência social, econômica, política e cultural.

- ⁱ ELIAS, Beatriz Helena Bittencourt Vicentini. *DEOPS: a violência documentada*. In: **Impulso. Revista de Ciências Sociais e Humanas**. Piracicaba: v. 15, nº 37, pg 116
- ⁱⁱ João Pessoa foi assassinado em 26 de julho de 1930 por um de seus adversários políticos. Na condição de candidato derrotado nas urnas, sua morte foi explorada politicamente e ele considerado mártir da revolução.
- ⁱⁱⁱ FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, pg 201.
- ^{iv} FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 pg 208.
- ^v CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O Longo Caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ^{vi} FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, pg 257.
- ^{vii} *Mortos e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira*. In: TELES, Janaína (Org). **Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?** São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2001, pg 160.
- ^{viii} FILHO, Daniel Aarão Reis. *A anistia recíproca no Brasil ou a arte de reconstruir a História*. In: TELES, Janaína (Org). **Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?** São Paulo: Humanitas – FFLCH/USP, 2001, pg 136.